



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

José Álvares de Azevedo e a circulação de ideias sobre a educação de cegos no Brasil no século XIX

José Álvares de Azevedo and the circulation of ideas on the education of the blind in Brazil in the 19th century

Jammerson Yuri da Silva

Orcid: 0009-0000-2341-751X

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, Email: jammerson_yuri@hotmail.com

Arthur Cássio de Oliveira Vieira

Orcid: 0000-0002-2903-8534

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, Email: arthur_cassio@yahoo.com.br

Olivia Moraes de Medeiros Neta

Orcid: 0000-0002-4217-2914

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, Email: olivianeta@gmail.com

DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38788

Citation: Silva, J. Y. da, Vieira, A. C. de O., & Medeiros Neta, O. M. de. (2024). José Álvares de Azevedo e a circulação de ideias sobre a educação de cegos no Brasil no século XIX. History of Education in Latin America - HistELA, 7(1). <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38788>

Competing interests: The author has declared that no competing interests exist.

Received: 18/10/2024

Approved: 27/12/2024

OOPEN ACCESS

Resumo

Este artigo investiga as conexões entre instituições, intelectuais e práticas educacionais voltadas para a educação de pessoas cegas no Brasil no século XIX, com foco na atuação de José Álvares de Azevedo. A análise considera a circulação de ideias entre o Brasil e a França, mediada pela formação de Álvares no *Institut National des Jeunes Aveugles* de Paris e sua introdução do Sistema Braille no Brasil. Adota-se como referencial teórico a História Cultural, com base em autores como Jean-François Sirinelli, Peter Burke e Justino Magalhães, para compreender as redes de sociabilidade e o papel dos intelectuais na adaptação de modelos pedagógicos ao contexto brasileiro. A pesquisa destaca o Imperial Instituto dos Meninos Cegos como um marco da educação inclusiva, representando a adaptação local de práticas globais. A partir de fontes documentais variadas, conclui-se que a difusão do Braille e a articulação de ideias e práticas educacionais refletiram um movimento de modernização social e de inclusão, cujos impactos reverberam até os dias atuais.

Palavras-chaves: História da Educação; Instituições; Intelectual; Sistema Braille.

Abstract

This article investigates the connections between institutions, intellectuals and educational practices aimed at the education of blind people in Brazil in the 19th century, focusing on the work of José Álvares de Azevedo. The analysis considers the circulation of ideas between Brazil and France, mediated by Álvares' training at the *Institut National des Jeunes Aveugles* in Paris and his introduction of the Braille System in Brazil. The theoretical framework adopted is Cultural History, based on authors such as Jean-François Sirinelli, Peter Burke and Justino Magalhães, in order to understand the networks of sociability and the role of intellectuals in adapting pedagogical models to the Brazilian context. The research highlights the Imperial Institute for Blind Boys as a milestone in inclusive education, representing the local adaptation of global practices. Based on a variety of documentary sources, it is concluded that the spread of Braille and the articulation of educational ideas and practices reflected a movement of social modernisation and inclusion, whose impacts reverberate to the present day.

Keywords: History of Education; Institutions; Intellectual; Braille System.

Introdução

Ao revisitar ações no campo da educação se fez necessário conhecer seus passos para um melhor compreender. Neste sentido pensar a Educação Inclusiva em seu contexto histórico, seus atores e as instituições que a envolvem são estar pautado na relevância das conquistas e dos espaços que ocupam cada vez mais o debate pedagógico e metodológico dentro e fora dos ambientes escolares. Sob este fitar, muitos intelectuais e instituições contribuíram para a implementação e consolidação de políticas educacionais que atendam às subjetividades dos alunos cegos.

Destaca-se nesse contexto o Instituto dos Jovens Cegos de Paris e o Imperial Instituto dos Meninos Cegos do Brasil, ambas instituições historicamente atuantes na luta pelo acesso e permanência da educação para cegos, tendo como um dos seus interlocutores o educador José Álvares de Azevedo.

Nesta perspectiva, ao direcionar nosso estudo sobre a atuação desses espaços a partir do seu processo de fomento, de modo articulado com a criação e ações na construção das políticas voltadas para os alunos cegos, objetivamos ir além de uma

pesquisa de mera descrição e análise das práticas da Educação Inclusiva. Busca-se analisar as relações entre instituições, sujeitos e sociedade. A fim de melhor compreender essas implicações, foi necessária a aproximação com um referencial teórico da História cultural. Sendo assim, destaca-se uma compreensão possibilitada pela leitura de autores como Jean-François Sirinelli (conceitos como de intelectuais e sociabilidade), Peter Burke (como essa história é vista e sua pluralidade), Justino Magalhães (como essas intuições se apresentam). Dialoga-se também com Romeu Sassaki para pontuar o entendimento de Educação Inclusiva abordado no trabalho.

Cabe evidenciar a diversidade do corpus documental formado por jornais, revistas, atas, relatórios, legislação educacional, livros e autobiografia, em sua maioria disponíveis em versões digitais e operacionalizadas através do método historiográfico e da análise do discurso. Portanto, a presente pesquisa versa acerca da descoberta e aprofundamento sobre a atuação sociopolítica dessas instituições e suas relações, destacando o seu papel na promoção da inclusão de sujeitos com cegueira e baixa visão nos processos formativos partindo da atuação do professor José Álvares de Azevedo.

Tomamos como ponto de partida para a pesquisa alguns questionamentos, tais como: Que relações a história do Instituto dos Jovens Cegos de Paris e do Imperial Instituto dos Meninos Cegos do Brasil guardam em sua criação e atuação para consolidação de políticas na área da educação, no século XIX?

Nesse sentido compreendemos que as referidas instituições e seus sujeitos se relacionam na atuação enquanto espaços de formação na área de educação para a consolidação das políticas públicas voltadas para a educação de cegos no Brasil. Bem como que a circulação de ideias pedagógicas é o movimento de importação e exportação dessas ideias que caracteriza a pedagogia e enriquece a história das ideias pedagógicas. (Medeiros Neta, 2023).

As instituições desempenham importante papel em nossa sociedade. Estudar a historicidade das instituições educativas é compreender que elas são socialmente construídas, atendendo a interesses de grupos específicos em um determinado espaço- tempo. Portanto, carregam em si projetos de sociedade, ideais, maneiras específicas de enxergar atores sociais e promover (ou não) sua autonomia e protagonismo. Neste sentido, Justino Magalhães (2004, p. 66) infere que:

[...] a pedagogia institucional não consigna apenas à instituição enquanto espaço físico, caracterizado por uma determinada arquitetura; alarga-se ao grupo e às representações que subjazem aos intervenientes na relação educativa, bem como aos projetos de vida que a relação dos sujeitos com a instituição permitiu realizar e tornar realidade. A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica.

Nesta perspectiva, buscamos aqui ir além de uma análise que reduza essas instituições a sua conformação material, mas discuti-las como importante elemento para consolidação de uma legitimidade e um respaldo social conquistado ao longo dos anos em seu lócus, visto hoje como um lugar de representação da inclusão e do direito das pessoas cegas.

Cabe-nos nesse trabalho também perceber a dupla influência de uma instância sobre a outra, analisando as relações sujeito-sociedade e sociedade-sujeito que orientam concepções políticas, discursos e ações. Para uma melhor compreensão da figura dos sujeitos que circulam nesses espaços, é observado o conceito de intelectual proposto por Sirinelli, que entende esses sujeitos como membros de uma elite criadora e mediadora cultural (Sirinelli, 1998). Temos em vista que esses sujeitos que

participam dessas instituições são vistos neste trabalho como mediadores culturais capazes de captar os discursos que circulavam sobre a temática da inclusão educacional, aliar às suas experiências sociais e traduzir isso em militância por direitos, pressão por debates e políticas, projetos e propostas inclusivas para a formação de cegos.

Ao tratar dos intelectuais, Sirinelli destaca três aspectos a considerar: a sua geração, seus itinerários e suas redes de sociabilidade. Para ele, um intelectual sempre se refere a herança de uma geração, mesmo que seja para contrapô-la. Ele é um sujeito que se evidencia também a partir dos cargos e espaços que ocupa e por onde circula, constituindo junto a outros sujeitos uma rede de sociabilidade, que lhe garante prestígio e lhe credencia como intelectual atuante no campo. Neste sentido, visamos compreender a atuação e a trajetória de José Álvares de Azevedo, a partir deste tripé proposto por Sirinelli.

O outro conceito que buscamos apresentar neste trabalho é o de rede, de acordo com as discussões de Eckhardt Fuchs. Para este autor, as redes são conformadas a partir de uma teia de relações de sujeitos, podendo estes estar inseridos em instituições de caráter público ou privado, em prol de uma governança e da consolidação de ações que apresentam objetivos específicos. Busca-se, portanto, neste trabalho identificar as redes em que o intelectual José Álvares de Azevedo estava imerso, possibilitando a circulação de ideias, valores educacionais e modelos institucionais.

De tal modo, o olhar e a análise para esses espaços históricos, pode nos ajudar a compreender como tais políticas se delinearam ao longo dos anos. Por tal, objetivamos analisar como a circulação de ideias entre o Brasil e a França, mediada por intelectuais como José Álvares de Azevedo, contribuiu para a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

José Álvares de Azevedo, um mediador de pontos

José Álvares de Azevedo nasceu em 8 de abril de 1835⁶³ no Rio de Janeiro. então capital do Império, considerado como “de família pobre” (Reorganização, 1873), perdeu a visão aos 3 anos por causa de uma “conjuntivite purulenta dos recém-nascidos”.

Em 1839, Maximiliano Antônio de Lemos ficou impressionado com o menino cego que encontrou na casa do cunhado de Manoel Álvares de Azevedo, o Dr. José Ignácio Vaz Vieira, sugerindo, desde já, que fosse enviado a estudar em Paris assim que alcançasse idade suficiente. Neste mesmo ano, Lemos foi enviado a Paris como adido da representação brasileira na França. Visitou o instituto de Paris, colhendo informações que logo enviou a Vaz Vieira.

Em 1842, estando para retornar ao Brasil, deixou recomendações sobre a possível chegada de Azevedo ao Instituto, prevenindo ao negociante brasileiro José Luiz Correia acerca da recepção e tratamento do menino quando ele lá chegasse. Os pais de Azevedo resistiram à ideia de separarem-se de seu filho, mas diante da insistência de Lemos e Vaz Vieira, Azevedo seguiu para Paris em 1 de agosto de 1844, com 9 anos, a fim de ser educado no *Institut National des Jeunes Aveugles*, onde aprendeu o Sistema Braille.

Figura 01: Retrato de José Álvares de Azevedo



Fonte: Site do Ministério da Educação (Domínio Público, 2024).

Ao retornar ao Rio de Janeiro em 14 de dezembro de 1850, José Álvares de Azevedo encontra o contexto de seu país bem diferente do que deixou quando foi estudar no Instituto dos Jovens Cegos de Paris em agosto de 1844, com 9 anos de idade. Duas leis acabaram de entrar em vigor, a *Lei de Terras* e a *da Extinção do Tráfico Externo de Escravos*⁴. Crescia em importância a ideologia do trabalho como garantia do processo civilizacional e de construção do país e da nacionalidade. Neste sentido, a educação é convocada a prestar serviço relevante. Seria por intermédio do ensino primário que os meninos e meninas pobres seriam encaminhadas ao trabalho, inclusive agrícola, conforme pretensão do Governo Imperial (Martinez: 1997; Mattos: 1994).

Diante deste contexto o jovem vê a educação como campo para sua atuação, para alcançar o seu objetivo, José passou a fazer palestras em todos os lugares possíveis, como casas de família e os salões da Corte Imperial. Escreveu e publicou também artigos sobre a importância do braille para a educação dos cegos brasileiros, até então condenados ao analfabetismo e a uma vida de total isolamento social. Dava a si mesmo como exemplo de como a educação não só era possível como relativamente fácil, desde que fossem dados os meios para educar essas pessoas.

José Álvares de Azevedo, com apenas 16 anos de idade, passou a trabalhar incansavelmente para ensinar o sistema a outros cegos, tornando-se não só a primeira pessoa cega a atuar como professor, como também o primeiro professor especializado no ensino de cegos no Brasil. E foi como professor que ele teve os meios para oportunizar a ideia da transformação que a instrução possibilita aos sujeitos. Assim, “ao voltar para o Brasil, em 1850, então, ensinou História Antiga no Colégio do Barão de Totehouse e escreveu artigos sobre a cegueira no Diário do Rio.

Em 1851, publicou uma tradução do livro de Joseph Guadet, *O Instituto dos Meninos Cegos de Paris: sua história e seu methodo de ensino*, cujo prefácio, de sua autoria, destacava os benefícios e defendia a criação de uma instituição para cegos no Brasil semelhante ao instituto francês onde estudara.” (Leão. 2023, p. 56).

Tem sua aproximação com o Imperador D. Pedro II por meio de uma de suas alunas, a moça cega Adélia Sigaud, filha do Dr. Francisco Xavier Sigaud, médico da Corte Imperial. Diante da atuação docente do jovem e impressionado com o desenvolvimento da filha, Xavier Sigaud - com o auxílio do Barão do Rio Bonito - conseguiu para José uma audiência com o imperador. Nela, José não só fez uma demonstração de como o braille poderia acabar com o analfabetismo entre os cegos como propôs ao monarca a criação de uma escola especializada dos mesmos moldes do Instituto de Paris. Impressionado e sensibilizado pela apresentação, D. Pedro II deu início ao processo de criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos - hoje, Instituto Benjamin Constant.

Vale ressaltar que um dos primeiros movimentos para a educação escolar de pessoas cegas no Brasil, incluindo o ensino das primeiras letras, ocorreu em 1835. Naquele ano, o Deputado Cornélio Ferreira França apresentou um projeto de lei à Assembleia Legislativa, porém ele acabou sendo arquivado (Franco; Dias, 2007).

Nestes termos, conforme assevera Leão (2023, p. 56), no Brasil, “o braille foi introduzido a partir da ação de José Álvares de Azevedo, um jovem cego brasileiro que estudara no Instituto de Cegos de Paris e retornou à nação em 1850, já alfabetizado nesse sistema. Estando em território brasileiro e por meio da atuação conjunta com José Francisco Xavier Sigaud, contribuiu para a criação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. A partir do discurso oficial da própria instituição, a proposta de fundação do Instituto foi motivada por questões pessoais de ambos [Francisco Xavier Sigaud e José Álvares de Azevedo], que tinham interesses em fundar no Brasil uma escola para cegos, e recebida com consentimento pelo Imperador Dom Pedro II.”

José Álvares de Azevedo desempenhou um papel central na difusão do Sistema Braille no Brasil e na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Ao regressar ao Brasil, em dezembro de 1850, trouxe consigo o propósito de estabelecer uma escola inspirada no modelo do Instituto de Paris. Profundamente impactado pelo desamparo das pessoas cegas no país, decidiu traduzir e publicar o livro *O Instituto dos Meninos Cegos de Paris: sua História e seu Método de Ensino*, de autoria de Joseph Guadet. Este, por sua vez, era um fervoroso defensor do Sistema Braille e chefe de ensino do Instituto de Paris, contribuindo significativamente para a sua divulgação mundial.

A pessoa com deficiência visual no Brasil até 1854 não tinha um espaço escolar definido, sua educação era feita em instituições fora do Brasil ou a educação era feita por preceptores em lares abastados ou não existia educação nenhuma onde não havia condições.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854, foi a primeira instituição dedicada à educação de pessoas cegas no Brasil e seu propósito inicial era oferecer ensino primário, musical, profissionalizante e, em parte, secundário, utilizando o Sistema Braille como metodologia pedagógica principal. (Brasil, 1854).

Figura 02: Imperial Instituto dos Meninos Cegos - Rio de Janeiro



Fonte: Site do Blog Nota Imperial (Domínio Público, 2018).

Sob proteção direta do Imperador, o Instituto refletia os esforços de modernização da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, alinhando-se a modelos educacionais europeus. Notadamente, em função da circulação de ideias advindas do Institut National des Jeunes Aveugles de Paris, onde José Álvares de Azevedo recebeu sua formação.

Durante sua estada em Paris, Álvares de Azevedo aprendeu o Sistema Braille e vivenciou metodologias educacionais, consideradas modernas, aplicadas à instrução de pessoas cegas. Ao retornar ao Brasil, em 1850, ele introduziu o Braille como método de ensino, depois adotado pelo Instituto, e traduziu e publicou importantes obras, como *O Instituto dos Meninos Cegos de Paris: sua História e seu Método de Ensino*, de Joseph Guadet. Essa obra, além de divulgar o Sistema Braille, fundamentou os ideais pedagógicos e administrativos que orientariam a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, consolidando-o como um marco pioneiro na educação especial no Brasil. (Leão, 2023).

O Sistema Braille, criado por Louis Braille em 1825, é uma ferramenta de leitura e escrita para cegos que se utiliza de pontos em relevo com a qual o Álvares de Azevedo teve contato em sua formação em Paris. E a adoção deste sistema do Instituto dos Meninos Cegos do Brasil é uma expressão da importação de ideias advindas das ações de Azevedo como a tradução e publicação de obras que contribuíram para a disseminação do sistema e a demonstração de sua aplicabilidade prática para a educação de pessoas cegas.

A relação de José Álvares de Azevedo com Adèle Sigaud, uma jovem cega e filha do médico da Corte Imperial José Francisco Xavier Sigaud, expressa indícios da importação de ideias por Azevedo às pessoas cegas no Brasil. (Leão, 2023). Adèle foi uma das alunas de Álvares, e seu progresso no aprendizado do Sistema Braille serviu como exemplo prático de sua aplicação.

Assim, o Instituto foi a primeira escola para cegos da América Latina. Além disso, o Brasil se tornou o primeiro país das Américas a adotar exclusivamente o Sistema Braille. A implementação desse sistema pelo Instituto ocorreu no mesmo ano em que a França o oficializou, em 1854.

José Álvares de Azevedo participou intensamente das providências iniciais e decisivas para a fundação da escola, mas não chegou a ver seu sonho ser realizado; pois no dia 17 de março de 1854, seis meses antes da inauguração, o jovem morreu, vítima

de tuberculose, aos 20 anos de idade. Por sua imensa contribuição para a formação da pessoa cega brasileira, Azevedo recebeu o título de “Patrono da Educação dos Cegos no Brasil” e o dia do seu nascimento, 8 de abril, foi declarado oficialmente Dia Nacional do Braille.

Segundo Zeni (2005, p. 159), Manoel Álvares de Azevedo, pai de Álvares de Azevedo, foram doados ao Instituto, após a morte do filho, “64 volumes de diferentes obras escritas em relevo e 62 volumes da História da Instituição dos Cegos de Paris, traduzidos por José Álvares de Azevedo, além de uma série de outros materiais úteis para o ensino dos alunos com deficiência visual. Com o passar do tempo, vários outros exemplares foram compondo essa biblioteca, provenientes de doações ou de compras vindas de Paris.”

O Imperial Instituto foi organizado a partir de um regulamento provisório que estabelecia sua estrutura administrativa e pedagógica. Entre os cargos previstos, destacavam-se o diretor, responsável pela administração geral e pelo acompanhamento do ensino, o comissário do governo, encarregado da fiscalização e dos relatórios anuais, professores de diversas disciplinas e inspetores de alunos.

Conforme Leão e Sofiato (2019), o currículo do Instituto estava dividido em três eixos principais: ensino intelectual, que abrangia leitura, escrita, gramática, aritmética, história e geografia; ensino musical, com formação em instrumentos de cordas, sopro e percussão, além de teoria musical; e ensino técnico, que incluía oficinas de encadernação e tipografia para os meninos e atividades de costura e trabalhos manuais para as meninas.

O curso tinha duração de até oito anos, com possibilidade de extensão para casos específicos e as aulas eram ministradas em regime de internato, com uma rotina rigorosa que buscava conciliar a formação educacional e a preparação profissional, refletindo as demandas sociais e econômicas da época.

Em 1872 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos atendia aproximadamente 35 alunos; Para Franco e Dias (2015) a população de pessoas cegas no Brasil chegava a 15.848 pessoas, números que demonstram a precariedade do atendimento àquela população. Segundo Gondra e Schueler o Imperial Instituto nos três primeiros anos recebeu até no máximo 30 meninos, sendo que 10 deles eram atendidos gratuitamente, se reconhecidamente pobres pelo pároco e por duas outras autoridades do “lugar de residência”.

É preciso pensar como a educação se estabelece ao passar dos anos e que sujeitos são atravessados pelas práticas educativas. “O século XIX pode ser caracterizado como o tempo da invenção e legitimação da forma escolar moderna no Brasil.” (Gondra; Schueler, 2008). E, quando nos referimos a escolas e formas escolares, pensamos também na educação especializada e nesse contexto surgem os institutos especializados para pessoas cegas e para surdos.

Conclusões

Ao refletir sobre a história das instituições e dos intelectuais que contribuíram para a educação de pessoas cegas no Brasil, percebe-se que a circulação de ideias desempenhou um papel central nesse processo. A criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos exemplifica como práticas educacionais e políticas europeias, especialmente aquelas desenvolvidas no Institut National des Jeunes Aveugles de Paris, foram adaptadas ao contexto brasileiro. Essa circulação, mediada por intelectuais como José Álvares de Azevedo, evidenciou a importância do trânsito de

conhecimentos, metodologias e modelos pedagógicos para a construção de uma educação inclusiva no Brasil.

A adoção do Sistema Braille por José Álvares de Azevedo, em sua atuação com Adèle Sigaud, destacou-se como um marco dessa importação de ideias educacionais. A experiência de Adèle, que demonstrou grande progresso no aprendizado do Braille sob a orientação de Álvares, serviu como exemplo prático da aplicabilidade do sistema para a formação de pessoas cegas. Essa demonstração, combinada com as traduções realizadas por Álvares e sua articulação com figuras influentes da Corte, como o médico Francisco Xavier Sigaud e o próprio Imperador D. Pedro II, consolidou a legitimidade e a importância do Braille no contexto educacional brasileiro.

Concluimos que o estudo das instituições educativas e de seus mediadores culturais, como José Álvares de Azevedo, revela o papel fundamental das redes de circulação de ideias na construção de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à educação de cegos. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos tornou-se um ponto de convergência entre o local e o global, onde ideias internacionais foram importadas para atender às especificidades do Brasil. Assim, a análise histórica dessas dinâmicas nos ajuda a compreender os caminhos percorridos para consolidar o direito à educação inclusiva e os desafios que ainda persistem.

Referências

BRASIL. Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto de Meninos Cegos. Regulamento Provisorio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1854. Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426980/mss1426980.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

COSTA, C. L. da. *Exposição do Estado do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Casa de Benjamin Constant, 1858.

FRANCO, João Roberto; DIAS, T. R. da S. A educação de pessoas cegas no Brasil. *Avesso do Avesso*, v. 5, n. 5, p. 74-82, 2007.

FUCHS, Eckhardt. Redes e a História da Educação. *Paedagogica Historica*, v. 43, n. 2, p. 185–197, abr. 2007.

GUADET, Joseph. O Instituto dos Meninos Cegos de Paris: sua história e seu método de ensino. (1ª ed. de 1849). Traduzido por José Álvares de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3888>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A educação de cegos no Brasil do século XIX: revisitando a história. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 2, p. 283-300, 2019.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. *Educar-se em pontos salientes: produção e circulação do livro em braille no Imperial Instituto dos Meninos Cegos*. Tese

(Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas*. São Paulo: EDUSF, 2004.

MARTINEZ, Alessandra Frota. *Educar e instruir: A instrução popular na corte imperial - 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. História das ideias pedagógicas e as importações-exportações: problematizações. *Holos*, [S. l.], v. 2, n. 39, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15100>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Reorganização do imperial instituto dos meninos cegos (1873). Parecer e Projeto de lei apresentado à câmara dos deputados na sessão de 18 de agosto de 1873, pelas comissões reunidas de instrução pública e da Fazenda. Rio de Janeiro: Typ. Nacional.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 259-279, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

ZENI, Maurício. *Os cegos no Rio de Janeiro do Segundo Reinado e começo da República*. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

ZENI, Maurício. *O assistencialismo em Benjamin Constant: Segunda metade do século XIX (o Imperial Instituto dos Meninos Cegos)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1997.

Contribuição de autoria:

Jammerson Yuri da Silva: concepção e escrita do texto.

Arthur Cassio de Oliveira Vieira: orientação e revisão.

Olivia Moraes de Medeiros Neta: orientação e revisão.